



**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**HÉLIO JOSÉ DA SILVEIRA  
RU: 1875642**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS DEMANDAS DA  
POPULAÇÃO DE RUA**

**SÃO JOÃO DEL REI, MINAS GERAIS.  
2022**



**HÉLIO JOSÉ DA SILVEIRA**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS DEMANDAS DA  
POPULAÇÃO DE RUA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Profa. Esp.. Elza Rodrigues de Souza

**SÃO JOÃO DEL REI, MINAS GERAIS, 2022.**



**HÉLIO JOSÉ DA SILVEIRA - RU: 1875642**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS DEMANDAS DA  
POPULAÇÃO DE RUA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso – OTCC – Relatório, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER / Curitiba-PR, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor 1 (Raquel)  
UNINTER - PAP - Banca Examinadora

---

Professor 2 (Rosana Morais Rufini)  
UNINTER - PAP - Banca Examinadora

---

Professor 3 (Elza Rodrigues de Souza - 248844)  
UNINTER (Orientadora)

## RESUMO

O presente trabalho relata um estudo sobre o exercício do Assistente Social, no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) da cidade de São João Del Rei, em específico às pessoas em situação de rua. O tema de pesquisa constitui abordagem social dos assistentes sociais frente à população de rua devido à invisibilidade desse público alvo e a falta do reconhecimento dos usuários como sujeito de direito. A elaboração do artigo comenta sobre a intervenção especializada da equipe psicossocial na defesa dos direitos, cidadania e valores sociais desses usuários. O conteúdo embasa em 4 (quatro) capítulos ao longo do desenvolvimento. O primeiro capítulo descreve sobre o surgimento das políticas públicas de assistência social. O segundo capítulo analisa o serviço social no neoliberalismo e investiga os motivos que levaram a pessoa abandonar seus lares e viver nas ruas. O terceiro capítulo, o projeto relata sobre a exclusão social e propõe meios para transformação social das pessoas que vivem em situação de rua. E por último, o artigo fala sobre a pesquisa de campo realizada no CREAS de São João Del Rei e também relata as atuações, os limites e as possibilidades do exercício do Assistente Social frente à população de rua. Os resultados apontam a existência de uma fragilidade na articulação intersetorial entre as políticas de assistência social, saúde e trabalho, ambos obstaculizam o atendimento às demandas das expressões da Questão Social. Existe a necessidade da ampliação da equipe do CREAS e qualificação na área de enfrentamento às pessoas em situação de rua. Para tanto, os objetivos específicos que o norteiam são: realizar levantamento histórico e estatístico dos serviços sociais; conhecer os motivos que levam esta população a optar pela rua como moradia; identificar de que forma a família pode contribuir para diminuir a reincidência das pessoas em situação de rua; descrever as principais dificuldades enfrentadas cotidianamente nas ruas e a abordagem social. Como método, optou-se também por uma pesquisa de campo. Quanto à finalidade do estudo trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória de natureza qualitativa. Como instrumento de coleta de dados, inicialmente, realizou-se levantamento de dados cadastrais do CREAS de São João Del Rei. Os principais resultados encontrados nesta pesquisa demonstram que as pessoas em situação de rua, na maioria das vezes, possuem uma dinâmica familiar disfuncional, fragilidade de vínculos afetivos, situação de desemprego e/ou ainda a problemática da dependência química, o que acaba por contribuir para o ingresso ou a permanência nas ruas. Além disso, o estudo também aponta a necessidade de implementação de políticas públicas e trabalho em rede para reduzir a exclusão social.

**Palavras-chave:** Assistente Social. População de Rua. Serviço Social.

## ABSTRACT

The present work reports a study on the exercise of the Social Worker, at CREAS (Specialized Reference Center for Social Assistance) in the city of São João Del Rei, specifically for homeless people. The research theme is the social approach of social workers facing the homeless population due to the invisibility of this target audience and the lack of recognition of users as subjects of law. The elaboration of the article comments on the specialized intervention of the psychosocial team in the defense of the rights, citizenship and social values of these users. The content is based on 4 (four) chapters throughout the development. The first chapter describes the emergence of public social assistance policies. The second chapter analyzes social work in neoliberalism and investigates the reasons that led people to leave their homes and live on the streets. The third chapter, the project reports on social exclusion and proposes means for social transformation of people living on the streets. And finally, the article talks about the field research carried out at CREAS in São João Del Rei and also reports the performances, limits and possibilities of the Social Worker's exercise in front of the homeless population. The results point to the existence of a fragility in the intersectoral articulation between social assistance, health and work policies, both making it difficult to meet the demands of the expressions of the Social Question. There is a need to expand the CREAS team and qualification in the area of coping with homeless people. To this end, the specific objectives that guide it are: to carry out a historical and statistical survey of social services; to know the reasons that lead this population to choose the street as housing; identify how the family can contribute to reducing the recidivism of people living on the streets; describe the main difficulties faced daily on the streets and the social approach. As a method, a field research was also chosen. As for the purpose of the study, it is an exploratory research of a qualitative nature. As a data collection instrument, initially, a survey of cadastral data from CREAS in São João Del Rei was carried out. The main results found in this research demonstrate that homeless people, most of the time, have a dysfunctional family dynamic, fragility of affective bonds, unemployment and/or the problem of chemical dependence, which ends up contributing to entry or stay on the streets. In addition, the study also points out the need to implement public policies and networking to reduce social exclusion.

**Keywords:** Social Worker. Street Population. Social service.

<b>1 CAPÍTULO 1 O HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> .....	<b>7</b>
1.1 O INÍCIO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	7
1.2 O SURGIMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA NO CAPITALISMO.....	10
1.3 O DIREITO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 .....	
1.4 A LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS),.....	13
1.5 OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	14
1.6 OS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	15
1.7 A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	16
<b>2 CAPÍTULO 2 OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES NO SERVIÇO SOCIAL</b> .....	<b>17</b>
2.1 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO NEOLIBERALISMO: LIMITE E POSSIBILIDADE .....	18
2.2 LIMITES E DESAFIOS NA MATERIALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL .....	21
2.3 A INTERVENÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO CREAS: AVANÇOS E DESAFIOS .....	23
<b>3 CAPÍTULO 3 OS MOTIVOS PESSOAIS DE ABANDONO DOS LARES E A PERMANÊNCIA NAS RUAS</b> .....	<b>25</b>
<b>FIGURA 4: DIA NACIONAL DA LUTA DA POPULAÇÃO DE RUA</b> .....	<b>25</b>
3.1 OS FATORES DE REINCIDÊNCIA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....	25
3.2 A EXCLUSÃO SOCIAL E A PROPOSIÇÃO PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....	29
<b>4 CAPÍTULO 4 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À POPULAÇÃO DE RUA: PESQUISA DE CAMPO</b> .....	<b>34</b>
4.1 AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CREAS DE SÃO JOÃO DEL REI (MG)..	35
4.2 O SERVIÇO SOCIAL COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO .....	38
4.3 A ABORDAGEM SOCIAL AOS CIDADÕES EM RISCO .....	40
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>45</b>



## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda um estudo sobre a atuação do assistente social frente às demandas da população de rua no município de São João Del Rei. Primeiramente, este trabalho desenvolve o histórico do Serviço Social no Brasil, seguindo a intervenção do assistente social na abordagem em indivíduo com risco pessoal e social. E por fim, o artigo realiza uma pesquisa de campo e um levantamento de dados no CREAS<sup>1</sup> (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) em específico as pessoas em situação de rua. O relatório explana desde o surgimento do Serviço Social na década de 30 até os dias atuais, com a renovação dos serviços ofertados na Instituição para atender esse público, CRISTINA, A.S. Angelina (CREAS de São João Del Rei, 2020).

A proposta cita a iniciativa de uma equipe que sensibilizou na invisibilidade das pessoas em situação de rua, eles perceberam a partir de relatos dos usuários que alegaram os descasos advindos da sociedade e do Estado. Além da pesquisa bibliográfica, o projeto apresenta uma parte realizada no CREAS de São João Del Rei, onde a equipe acompanhada pela Assistente Social CRISTINA, iniciou o estudo de campo no dia 28 do setembro e terminou em 04 de dezembro de 2020.

Segundo a pesquisa, o objetivo baseia no estudo do atendimento do assistente social frente às demandas da população de rua. Inicialmente, como o Serviço Social surgiu no Brasil e prosseguiu com os avanços nas abordagens sociais dos profissionais. E também, a reformulação no serviço psicossocial em prol das pessoas em risco social e pessoal na cidade, assim como os motivos de vulnerabilidade social e como os serviços são ofertados no CREAS? A pesquisa de campo descreve a intervenção do A.S. com a participação da equipe interdisciplinar na Instituição, composta por psicólogo, estudante, educador, coordenador e secretário do CREAS. Ambos são instruídos pelas dimensões teóricas, políticas e técnicas para abordarem a população de rua na efetivação de Políticas Públicas, CRISTINA, A.S. Angelina (CREAS de São João Del Rei, 2020).

---

<sup>1</sup> O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (**CREAS**) é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados



O Estudo Sobre a Atuação do Assistente Social no CREAS expressa a percepção dos pesquisadores diante do descaso da pessoa em situação de rua. Onde a abordagem social a moradores de rua é uma demanda do CREAS advinda da questão social. Os pesquisadores, durante as intervenções, comoveram com o descuido de pessoas em situação de rua. Isto motivou aprofundar os conhecimentos sobre o assunto e fortalecer a intervenção do profissional frente à expressão. O projeto contribuirá com curso de futuros alunos do Serviço Social, mera importância na formação e proposição para o avanço no serviço do Assistente Social na garantia de direitos, cidadania e valores democráticos para esse público, CRISTINA, A.S. Angelina (CREAS de São João Del Rei, 2020).

O trabalho registra a falta de um olhar para esses indivíduos como sujeitos de direito, pois na maioria das vezes, eles são tratados como indigentes, como coitados e estão em situação de vulnerabilidade social. Tendo em vista, as pessoas vivem nas ruas por falta de habitação, onde cada uma delas demonstra um motivo o qual levou a abandonar seus lares, por desentendimento familiar ou vínculos rompidos, outros por dependência química, alguns por transtorno mental e a maioria por desemprego, CRISTINA, A.S. Angelina (CREAS de São João Del Rei, 2020).

Sobretudo, o trabalho registra a violação de direitos aos moradores em situação de rua, como a falta de renda e de moradia, onde eles foram viver nos locais públicos como ruas e praças da cidade, em uma sociedade civil e democrática que todos têm o direito humano e uma vida digna. Onde, muitos necessitam do apoio para sair desta situação e voltar para sua vida normal, mas atualmente, os moradores de rua sentem se desmotivados e desamparados, pois em uma sociedade capitalista eles são excluídos e tratados como coitados e indigentes, CRISTINA, A.S. Angelina (CREAS de São João, 2020).



## 1 Capítulo 1 O Histórico da Assistência Social

Figura 1: Histórico da Assistência Social



Fonte: PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Segundo FIALHO, Juliana<sup>2</sup> (2017), a origem histórica da Assistência baseou se inicialmente na caridade, filantropia, solidariedade e atualmente ela remeteu a exclusão social advinda da luta de classe entre o trabalho e o capital. Devida as incansáveis lutas assistenciais, a Constituição de 88 reconhece a assistência social como um dever do Estado e um Direito do cidadão. A Assistência Social esta integrada na Política de Seguridade Social não contributiva, ela promove os mínimos sociais realizados através de um conjunto de ações de iniciativa pública, privada e da sociedade, garantindo assim às necessidades básicas ao sujeito que dela necessitar. O Projeto Ético Político em acordo com o Código de Ética do Assistente Social aponta o norte da execução profissional, isto atribui à autonomia da intervenção dos assistentes sociais na defesa e na garantia de direitos, BRASIL (2004).

### 1.1 O Início da Política de Assistência Social no Brasil

Segundo MEDEIROS, 2020, o início da assistência social como política surgiu no Brasil em 1930, no período do governo de Getúlio Vargas, baseando na ideologia do Serviço Social em defesa das necessidades da classe trabalhadora. E também visava se os interesses das classes dominantes em um ajuste social para minimizar

2 Juliana Fialho, Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo... 20/11/2017



as manifestações advindas das lutas de classes, em cunho moral e religioso, onde o objetivo era amparar o trabalhador e sua família.

Os principais acontecimentos que destacaram no assistencialismo<sup>3</sup>, conforme MEDEIROS, 2020, na década de 30 foram:

- Constituição Federal de 1934;
- Inexistência de programas sociais;
- Ação social como a caridade, descontinua;
- Atendimento às famílias de prole numerosa, os desvalidos, especialmente a maternidade, a infância, as colônias agrícolas etc.;
- Modelo filantrópico, assistencial, que visa promover ajuda;
- Política de caráter fragmentado, diversificado, desorganizado e instável;
- Primeiro damismo<sup>4</sup> e a política partidária.

No assistencialismo havia prática de tutela a favor da relação entre o Estado e a sociedade, a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e dos Ministérios de Educação e Saúde, além de medidas de regulamentação do trabalho, como a constituição da carteira de trabalho e as ações voltadas aposentadoria e pensões, MEDEIROS, 2020.

Em 1942, de acordo com MEDEIROS (2020), a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) teve várias ações sociais e assumiram outras funções:

- Ações voltadas às famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra Mundial;
- Direcionamento de política no âmbito Federal promovendo certa centralidade na política;
- Ações de Assistência Social à maternidade, à infância, à adolescência e aos desempregados;
- Criação do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição para o grupo materno-infantil em 1972;
- Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social em 1977, baseado na centralidade e exclusividade da ação federal.

A LBA<sup>5</sup> cresceu institucionalmente e sua linha programática acompanhou o desenvolvimento econômico e social do país, bem como a expressão da questão

---

<sup>3</sup> ...doutrina, sistema ou prática (individual, grupal, estatal, social) que preconiza e/ou organiza e presta assistência a membros carentes ou necessitados de uma comunidade, nacional ou mesmo internacional, em detrimento de uma política que os tire da condição de carentes e necessitados.

<sup>4</sup> ...trata do que chamamos de assistencialismo: tem a ver com doação e “ajuda”.



social referendo a população em estado de vulnerabilidades social. A gestão da LBA foi centralizada e representada pelos 26 Estados da Federação e do Distrito Federal, MEDEIROS, 2020. A linha programática constituía se de:

- Assistente social e jurídica;
- Atendimento médico, social e materno-infantil;
- Distribuição de alimentos;
- Assistências integrais em abrigos e creches para criança, adolescente e jovem;
- Qualificação e iniciação profissional para assistente social;
- Criação e liberação de instrumento de trabalho, orientação advocatícia para regulamentação e registro de entidades;
- Projetos de desenvolvimento social e comunitário, como creches, cooperativas, asilos e centro de convivências;
- Assistência ao idoso, à pessoa portadora de deficiência, à criança e adolescente;
- Programa nacional de voluntariado.

No período do assistencialismo havia a questão de ajudar o próximo e não tinha política de superação, acolhimento, faltava se programas sociais para transformar o rumo de vida precária do usuário. As ações eram descontinuas e as políticas não atendiam todas as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade. O indivíduo sofria com a exclusão social, e dificilmente ela recebia do Estado o mínimo social para garantir a sobrevivência, em troca não podia se manifestar, pois para o capitalismo era considerado como indigente. A Assistência Social no Brasil, inicialmente, baseou na caridade, filantropia e solidariedade da Igreja Católica, até na década de 40. Esta promovia uma cultura subalterna, onde o instrumento de troca era o clientelismo, barganha baseada no favor e bem-estar.

A assistência social ampliou a parceria com as organizações não governamentais, sendo aproximadamente 6.000 instituições, governo estaduais e municipais em torno de 3.800 municípios, CNBB, APAEs, Pestalozzi, Caixa Econômica Federal e outros. Criou se um Programa Nacional de Voluntariado com cerca de 3.000 voluntários coordenado pelos Estados e Distrito Federal. O desafio da política de assistência social e dos gestores necessitava apresentar os históricos

---

<sup>5</sup> Conhecida por sua sigla, a LBA (Legião Brasileira de Assistência) foi fundada em 28 de agosto de 1942 por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, com a finalidade de "amparar os soldados brasileiros e seus familiares" por parte dos "brasileiros de boa vontade" durante os anos em que o Brasil participou da 2ª Guerra Mundial.



a partir de 1985, explicitou a luta pela inclusão de dispositivos constitucionais de 1988 como a seguridade social, logo à frente o a regulamentação da assistência social e incorporação como política pública. Isto mudou o paradigma da ordem do favor para o direito social, VERONEZE, 2020.

Em 1985, exigia se ações inovadoras do setor serviço sociais para conter as grandes demandas advindas pela nova realidade nacional na transição democrática. Onde aumentava o número da população pedindo respostas eficaz e efetiva de uma política assistencial. A partir disto intensificou as formulas de uma política pública de assistência social, sendo assim incluía os direitos sociais, em especificamente do direito à seguridade social, nela, a garantia à saúde, à assistência e previdência social da Constituição Federal, VERONEZE, 2020.

O Assistente Social comemora o seu dia em 15 de maio, pois é uma profissão inscrita na história do Brasil há cerca de 80 anos e foi regulamentada em 1962. Portanto realizou se um estudo histórico da Política de Assistência Social ocorrido ao longo do século XX com a redemocratização do país, o combate às desigualdades sociais e instituição para a transformação de uma sociedade mais justa, livre e igualitária, construindo em uma política de estado e a Política Nacional de Assistência Social<sup>6</sup>, VERONEZE, 2020.

## 1.2 O Surgimento das Expressões da Questão Social e a Luta da Classe Trabalhadora no Capitalismo

O Estado criou o Serviço Social para intervir com políticas sociais nas demandas das expressões da questão social, durante o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo. Este construiu duas classes antagônicas que lutam por equidade social entre ambas surgindo assim à chamada “questão social”. Ela constitui novas configurações e mantém os elementos estruturais do capitalismo, como a desigualdade social e a concentração de renda, ambos associado à perda de direito social, à falta de políticas públicas e estruturais e ao aumento do desemprego, SANTOS, 2012.

---

<sup>6</sup> A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, apresenta as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.



Para lamamoto, 1999,<sup>7</sup> a questão social reflete a degradação do trabalho devido à exploração operária pelo desenvolvimento capitalista. O Estado intervém com políticas sociais no intuito de minimizar as manifestação da classe e atender aos interesses econômicos da burguesia. O gênese da questão social é o conflito entre capital e trabalho, onde gera as demandas das expressões da questão social como pobreza, desemprego, violência, trabalho precário, dificuldade de acesso à saúde, educação, trabalho, falta de moradia, discriminação de gênero de raça, etnia, e orientação sexual e violação dos direitos humanos.

Segundo SANTOS, 2012, as expressões da questão social gerada no desenvolvimento capitalista consideravam anteriormente como caso de polícia e não um problema social. A luta entre as classes operária e burguesa que permeava no capitalismo almejava a desigualdade social, em busca da equidade, de melhores condições de produção e reprodução. Para minimizar a manifestação existem os sindicatos, partidos políticos e o Serviço Social, eles trabalhavam no controle da luta de classe e da chamada questão social.

Segundo lamamoto, 1999, a questão social compreende um conjunto de expressões da desigualdade social advinda da sociedade capitalista madura, com base no desenvolvimento econômico, onde a maior parte da produção pertence aos capitalistas e estes monopolizam grandes parte a sociedade. E também lamamoto, 2010, identifica que a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e que na burguesia o capital apropria a privação da atividade humana da classe trabalhadora gerando o conjunto das expressões da exclusão social.

Portanto, a manifestação da questão social no País acontece pela má distribuição de renda, exploração da força de trabalho dos operários, grande parte do capital centralizado nas mãos da minoria, aumento do desemprego. A inclusão da política social regulamenta o trabalho, cria uma ponte entre o trabalhador e o burguês, pois ela veio para conter as manifestações da luta de classe, Santos, 2012.

---

<sup>7</sup> CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. Grande notícia para o Serviço Social brasileiro: a assistente social e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Marilda lamamoto, foi agraciada com o prêmio Katherine Kendall, concedido pela Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (Aiets).



### 1.3 O Direito de Assistência Social na Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal (CF) de 1988, entendida como Constituição Cidadã, ela constitui o ordenamento jurídico brasileiro atualmente. A primeira foi a Independência do Brasil em 1822 até chegar à sétima constituição do país e a sexta considerando o Brasil como República. A CF88 criou capítulo específico como os direitos sociais, compondo em seu artigo 6º que são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, a assistência aos desamparados, BRASIL, 2011.

Segundo BASTOS, 2013, a CF88<sup>8</sup> foi um grande avanço no Brasil, pois implementou os direitos civis, políticos e sociais no que tange a organização dos direitos e deveres da conduta de cada cidadão. O direito a assistência social é destinado ao desamparado, e dever do Estado criar meios para combater a pobreza, miséria, desemprego, negação de acesso a bens sociais e culturais. A Constituição Federal 88 constitui que a assistência social promove serviço a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social e realiza de forma intersetoriais com outras políticas o enfrentamento da desigualdade social, a garantia do mínimo social, a universalidade dos direitos sociais e tem por objetivos:

- I. A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II. O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III. A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV. A habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V. A garantia de salário mínimo de benefício mensal a pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meio de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Portanto o direito à assistência social constituiu-se uma política social não contributiva advinda da Constituição Federal de 1988, e também é redistributiva. Ela intervém por meios de benefícios e serviço social, ambos alicerçados por direitos sociais. Ressalta-se que com a manifestação da sociedade civil organizada a assistência instituiu o caráter de política social pública, direito do cidadão e dever do Estado, BASTOS, 2013.

---

<sup>8</sup> A Constituição Federal (CF) de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, é a que rege todo o ordenamento jurídico brasileiro hoje.



#### 1.4 A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS),

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), inscrita na Lei nº 8742 criada em 7 de setembro de 1993, determina que a assistência social é um direito do cidadão e o dever do Estado, portanto é uma Política de Seguridade Social não contributiva. Ela funciona com auxílio da iniciativa pública, privada ou da sociedade civil cumprindo as necessidades básicas, pois o objetivo é amparar os sujeitos que vivem em situação de vulnerabilidade social, este não tendo o apoio familiar e tão pouco consegue suprir o seu próprio sustento, BRASIL, 2013.

Segundo BOSCHETTI, 2006<sup>9</sup>, a Constituição Federal de 1988 programou o direito a assistência social no mesmo patamar dos direitos a saúde e a previdência social. A LOAS foi constituída com o intuito de garantir uma política de proteção social a quem dela necessitar e no combate a pobreza, a desigualdade social, pessoas em vulnerabilidade social como criança, jovens, adulto e idoso. Segundo Jutahy, a LOAS foi instituída no plano do governo de Itamar Franco com o objetivo de amparar as pessoas mais pobres e que não contribuíram com Previdência Social, pois eles eram tratados como indigentes.

BOSCHETTI, 2006 apresenta a LOAS da Lei nº 8742/93 diz que o objetivo da Assistência Social é amparar os direitos do cidadão sempre que necessitar mediante a dois tipos de proteção social sendo:

1. Proteção Social Básica: este atendimento ampara famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social, fortalecendo os seus vínculos familiares e os comunitários, ele realiza serviços, programa e projeto de prevenção, a unidade de atendimento é o CRAS, onde realiza o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) – principal serviço para efetivação da proteção social no Sistema Único de Assistência Social, visto que é o primeiro contato das famílias ou indivíduos com um espaço onde podem encontrar atividades de convívio, socialização, informações e acesso aos direitos;
2. Proteção Social Especial: este tem por objetivo reconstruir laços familiares e comunitários que foram rompidos ou desprovidos dos seus direitos, ocorrência de abandono de incapaz, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual e outros, os serviços pertencem ao Sistema Único

---

<sup>9</sup> ...que a seguridade social brasileira se situe entre o seguro e a assistência social (BOSCHETTI, 2006). Assim, um dos pilares de estruturação da seguridade...





de Assistência Social (SUAS)<sup>10</sup>, além dos serviços de Média Complexidade no caso de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, serviço de proteção e atendimento especializado à famílias e indivíduos (Paefi), pessoas com deficiência, idosos e suas famílias, pessoas em situação de rua e abordagem social, e também os serviços de proteção social especial de alta complexidade que são aqueles que garantem a proteção integral como moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos.

A LOAS além de regulamentar as proteção social básica e Especial ela também regulamenta o Benefício de Prestação Continuada conhecido com o BPC, benefício assistencial estabelecido na Constituição. Ele dar direito ao idoso igual ou acima de 65 anos de idades e pessoa com deficiência, que não possui condições de prover seu próprio sustento e ou possui renda familiar per capita inferior a ½ salário mínimo, BOSCHETTI, 2006.

### 1.5 Os Princípios e Diretrizes da Assistência Social

O regulamento do texto constitucional de 1993 promulga a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), ela institui a Assistência Social como um direito social não contributivo e garantido pelo Estado, sendo os princípios e diretrizes organizacionais da política assistencial, BRASIL, 2011.

Os princípios que organizam a política de assistência social são:

- I. Supremacia no atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II. Universalização dos direitos sociais, com o objetivo de concretizar a ação assistencial alcançável pelas políticas públicas;
- III. Respeito à dignidade da pessoal humana, bem como a sua autonomia e o seu direito a benefícios e serviço de qualidade, assim como também à convivência familiar e comunitária, vedando qualquer ato vexatório, pois este é um sujeito de direito como todos;
- IV. Igualdade de direito no acesso ao bem e atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, promovendo a equidade social tanto às populações urbanas e rurais;
- V. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

---

<sup>10</sup> O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e gerenciado pelo poder público e pela sociedade civil com a missão organizar os serviços de assistência social no país...





As diretrizes que organizam a política de assistência social são:

- I. Descentralização política administrativa nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e o comando único das ações em cada esfera de governo;
- II. Participação da população, por meia representação, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera do governo.

Portanto com os princípios e as diretrizes da organização da política de assistência social, constitui se o processo da gestão pública e participativa da assistência social com os conselhos deliberativos e paritários nas esferas federal, estadual e municipal, BRASIL, 2011.

#### 1.6 Os Conselhos de Assistência Social na Construção das Políticas Públicas

As manifestações sociais, no Brasil, no final do século XX, intensificou o processo de democratização no país partindo da Constituição Federal de 1988. A CF88 conhecida como Constituição Cidadã reduziu o poder do Estado e colocou a participação da sociedade civil na construção e avaliação das políticas nos três níveis do governo. A descentralização estatal proporcionou o direito da participação cidadã, a democratização ampliou avanços nas gestões das políticas públicas, como exemplo a instituição de espaços voltados para o exercício do controle social, TATAGIBA, 2004<sup>11</sup>.

Os conselhos apareceram dentre desse novo contexto, assim como também os órgãos colegiados, permanentes e deliberativos, eles são responsáveis pela construção, avaliação, criação e atuação das políticas pública. Os conselhos constituem locais que se almejam a participação social estabelecida na Constituição Federal de 1988. Os conselhos são criados por lei, e para a execução de suas funções, não submetem a subordinação hierárquica, TATAGIBA, 2004.

Segundo Raichelis<sup>12</sup>, 1997, a constituição na instituição pública é um processo democrático da vida social, é um conjunto de ações de fortalecimento do Estado e da sociedade civil, no intuito de prevalecer os interesses da maioria na

---

<sup>11</sup> ... Luciana Tatagiba é doutora em Ciência Política, professora do Departamento...

<sup>12</sup> O trabalho do assistente social na esfera estatal. Raquel Raichelis. Professora na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP...



decisão política. Isto afirma que os conselhos são espaços prioritários no controle social por meio de participação societária. Os conselhos contribuíram conseqüentemente para a formação e criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, BRASIL, 2005.

Portanto, o artigo 204 da Constituição Federal de 1988 estabelece em seu inciso II que uma das suas diretrizes é a “participação da população por meio de uma organização representativa, nas decisões de criação e aprovação das políticas, controles das ações em todos os níveis.” A Lei nº 8742/93, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) concretiza a essência da participação social. O funcionamento da instituição dos conselhos de Assistência Social condiciona a autorização de recursos aos municípios, aos estados e ao distrito federal, TATAGIBA, 2004.

### 1.7 A Construção do Sistema Único de Assistência Social

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um órgão público que organiza as formulas descentralizada dos serviços socioassistenciais no Brasil. Ele tem um modelo de gestão participativa, que autoriza a retirada de recursos nas três esferas de governos para o funcionamento e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Tribunal de Contas da União (TCU), 2013 e BRASIL, 2005.

Sendo assim, a planilha do tempo a seguir apresenta os ocorridos marcantes da criação das instituições assistenciais importantes até o surgimento do SUAS:

Tabela 1: Surgimento das Instituições Assistências

1937	Conselho nacional do serviço social (CNSS);
1940	Legião Brasileira de Assistência (LBA);
1977	Ministério da Previdência e Assistência Social, com base na centralidade e exclusividade da ação federal;
1988	Constituição de 88 reconhece que a Assistência Social é um dever do Estado e um direito do cidadão, não mais uma política isolada e complementar a Previdência;
1989	Ministério do Bem Estar Social
1990	Congresso Nacional veta a primeira redação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);



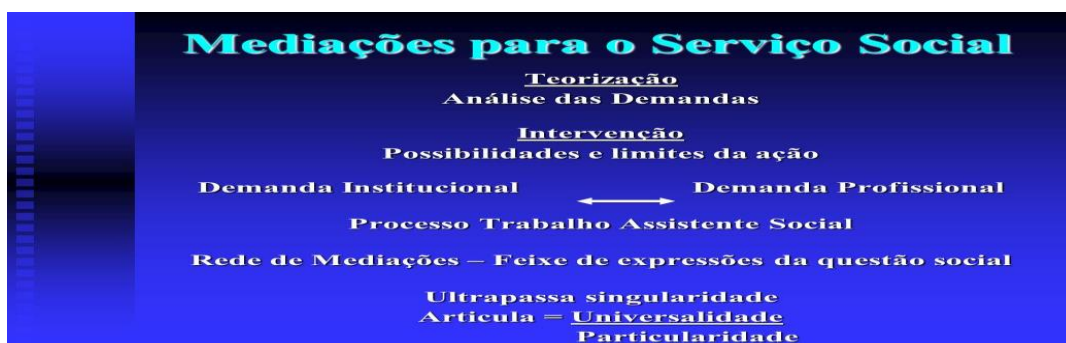
1993	Gestores municipais, estaduais e organizações não governamentais negociam com o governo federal e representante no congresso, possibilitando a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);
1997	Editada a Norma Operacional Básica (NOB), conceituando o sistema descentralizado e participativo;
1998	Nova edição da NOB, diferença em serviço, programas e projetos, ampliam as atribuições dos conselhos de Assistência Social e cria os espaços de negociação e pactuação-comissões intergestoras bipartite e tripartite;
2004	Movimento de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o fortalecimento do processo da construção do SUAS. Editada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS);
2005	O CNAS aprova a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS);
2006	O CNAS aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS).

Fonte: TCU, 2013

Portanto, o SUAS inclui a Assistência Social no Tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social. O SUAS é um órgão regulamentador e organizador dos serviços socioassistenciais<sup>13</sup> em todo o território nacional. O funcionamento é descentralizado e participativo, ele proporciona serviços, programas, projetos e benefícios à população, tem o foco prioritário às famílias, aos seus membros e aos indivíduos, BRASIL, 2005.

## 2 Capítulo 2 Os Limites e as Possibilidades no Serviço Social

Tabela 2: Mediação para o Serviço Social



Fonte: Slide Play

<sup>13</sup> Referência para escuta e apoio sociofamiliar e informação para garantia de direitos; Geração de trabalho e renda; Orientação para outras políticas públicas; Atendimento a situações de violação de direitos violados ou ameaçados.



O trabalho da equipe psicossocial no Centro Especializado da Assistência Social frente à população de rua atua na garantia de direitos desses usuários tremendo se alguns impasses e desafios nos serviços. Os técnicos da instituição em conjunto com o assistente social trabalham com colheitas de dados e análise de conteúdo de Bardin<sup>14</sup>, (1977). A informação colhida constata grande dificuldade de articulação em rede, entre política de assistência social, saúde, segurança e trabalho. Verifica se a demora nos resultados dos pedidos de encaminhamento realizado pelo assistente social, negação por falta de recursos e desinteresse por parte dos órgãos competentes. A dificuldade para concluir os trabalhos ofertados no CREAS consta a falta de recurso humano e financeiro, o local inapropriado e o desinteresse por parte de alguns envolvidos.

## 2.1 O Trabalho do Assistente Social no Neoliberalismo: Limite e Possibilidade

A possibilidade e limite do serviço social, no contexto do capitalismo neoliberal, constitui a contenção da manifestação da classe trabalhadora propondo os interesses burgueses, no reconhecimento do crescimento econômico o que leva o desenvolvimento social. As políticas sociais no liberalismo não redistribuíam os direitos sociais para toda a população, mas minimizava as desigualdades econômicas e sociais advinda da produção do capitalismo, onde o sistema era competitivo, desigual e propulsor da desigualdade social (GASPAROTTO, 2013).

No período neoliberal, os direitos sociais são questionados e o Estado e a Sociedade Civil impõem a responsabilidade aos sujeitos e a suas famílias pela proteção social. As expressões da questão social, nesse período, são consideradas a marginalização da classe trabalhadora exposta a população em várias situações de vulnerabilidade, como desemprego, negação de direitos, miséria extrema, falta de habitação. No capitalismo, os investimentos em serviço social ficam em segundo plano, pois a intenção esta voltada nas políticas econômicas, onde gera o capital e lucro para os burgueses. Essas intervenções paliativas focalizam o assistencialismo, onde não tem a participação do Estado, e este repassa a responsabilidade do

---

<sup>14</sup> Bardin (1977) se refere à Análise de Conteúdo como um conjunto de instrumentos metodológicos que se aperfeiçoa constantemente e que se aplica a discursos diversificados.



controle social à família, à caridade e ao mercado, mercantilizando a vida social (GASPAROTTO, 2013).

O trabalho do assistente social, no capitalismo neoliberal, é precário devido à falta de um aprofundamento em políticas sociais. Os desafios dos profissionais do Serviço Social são contratação terceirizada pelo Estado, diminuição de carga horária, redução de salário, aumento de rotatividade, insegurança no trabalho e alguns vínculos empregatícios. Isto limita a intervenção dos profissionais, pois quebra o atendimento especializado com os usuários e suas famílias, contando que os técnicos atuam em várias demandas em períodos curtos e não aprofundando a situação por falta de tempo e investimento (GASPAROTTO, 2013).

Os assistentes sociais do CREAS de São João relatam que os profissionais executam ações determinadas, ou seja, “todo mundo faz tudo” e não há ações exclusivas. Isto gera dificuldades, pois os técnicos realizam várias intervenções ao mesmo tempo, sai para uma abordagem social e dali eles atendem outra demanda, tipo uma medida socioeducativa. A falta de divisões nas especificidades das demanda cria um grande obstáculo nas ações das equipes psicossocial, CRISTINA, CREAS São João Del Rei, 2021.

Para Raichelis (2009) no capitalismo global, as condições estrutural, financeira, tecnológica e informal estabelecem mudanças no mercado do trabalho. Isto eleva a terceirização<sup>15</sup>, contratação, trabalho temporário, precarização e informalidade nas relações de trabalho. Raichelis (2009) comenta sobre as precarização do trabalho do assistente social, onde um profissional relata “todo mundo faz tudo”. Os trabalhos do serviço social no CREAS são intensos, pois chega muita demanda para os profissionais e isto gera sobrecarga, baixa qualidade no serviço, estresse, falta de tempo para as proposições necessárias do atendimento ou encaminhamento.

A falta de recursos humanos para atuar frente às políticas públicas ocasiona o desinteresse de investimento público nas intervenções sociais. No Brasil, o governo

---

<sup>15</sup> Terceirização é a contratação de empresa para a realização de serviços específicos dentro do processo produtivo da empresa contratante...



cortou gastos com políticas públicas, em 1990, na contrarreforma do Estado devido ao neoliberal. Para Behring e Boschetti (2008, p.155), as reformas no mercado trouxeram formulações da política social, conforme a necessidade do novo contexto, no neoliberalismo as políticas sociais foram privatizadas, focalizadas, seletividades e descentralizadas.

A falta de estrutura nas políticas públicas atrapalha o desenvolvimento do trabalho, desestruturando a vida dos usuários. Para a melhoria no atendimento no CREAS, os profissionais solicitam o “investimento em recursos humanos”, a instituição tem proposta boa, mas só não avança devido à escassez de funcionários. O investimento em RH resultaria em ganhos para o CREAS, assim como também investir na qualificação desses profissionais para proporem ações complexas. Atualmente as relações de trabalho para Raichelis (2009), há o fim do profissionalismo na área do serviço social e o incentivo ao voluntariado, voltando ao tempo do assistencialismo e da caridade para o controle social.

Segundo lamamoto (2008), as expressões da questão social no Brasil surgem devido à predominância do capital, onde a precarização das relações sociais proporciona a marginalidade da vida humana. Para lamamoto (2009), o ideal é potencializar os direitos sociais do sujeito para melhorar às relações de trabalho e produção de mercadoria. O Estado, no neoliberal, fragmenta as políticas públicas, reduzindo os gastos com políticas sociais e incentivando ao voluntariado e a seletividade das ações sociais.

Conforme Yazbek (2012, p. 303) no período neoliberal, as políticas sociais são escassas no sistema público de proteção ao sujeito, há uma diminuição em gastos públicos no controle social, incentivo a privatização para as ações social, e ajuste voltado na política de economia, Yazbek (2012, p.303)<sup>16</sup>. As crises econômicas do capital, mudanças no controle social e avanço tecnológico foram alguns acontecimentos que impactaram muito na vida dos sujeitos. Essas transformações, neste período, causou o aparecimento em massa do consumismo e do individualismo, ocasionando o abandono da solidariedade com as pessoas.

---

<sup>16</sup> A assistência social no Brasil foi se desenvolvendo como uma política marcadamente regressiva, permanecendo as concepções...



Portanto, o neoliberalismo foi um período do aumento da desigualdade humana e da mercantilização na economia, onde gerou o desconforto na classe trabalhadora, redução de gasto público com política social e o incentivo a privatização. “A tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e do conformismo que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, os quais não são possíveis abstrair – ou deles fugir, pois tecem a trama da vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2009, p.37).

## 2.2 Limites e Desafios na Materialização do Serviço Social

Figura 3: Os serviços existentes e os desafios do Serviço Social



Fonte: Dossiês do Instituto Patrícia Galvão

O desafio no Serviço Social é garantir a proteção social através da Política de Assistência Social, onde os assistentes sociais trabalham com intervenções, programas, projetos e serviços ofertados pelo SUAS para minimizar as expressões da questão social<sup>17</sup>, garantir ao sujeito à dignidade humana, (BRASIL, 2005, p. 90). O SUAS (Sistema Único de Assistência Social) estipula a proteção social na garantia de acolhida, renda, convívio família, vivência em comunidade, autonomia individual<sup>18</sup>, reconstituição de vínculo social, (BRASIL, 2005).

O CREAS oferta serviço de acolhimento para o usuário necessitado seguindo os critérios: de acolhimento em ambiente agradável com expressão e diálogo, formular as necessidades e interesses, reparação da situação de vulnerabilidade e

<sup>17</sup> Questão social é o conjunto das expressões que definem as desigualdades da sociedade, como por exemplo, a pobreza, raça, etnia, desemprego, violência, descriminalização de gênero, dentre outros.

<sup>18</sup> Autonomia tem a ver com aceitar suas próprias circunstâncias e fazer o melhor que se pode com elas.





proposição, e garantia dos direitos e encaminhamento necessários, (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009, p. 20-21). A equipe psicossocial da instituição possibilita um ambiente de diálogo entre o usuário e os técnicos como intuito de propor uma mudança no rumo da vida do sujeito. Isto acontece em um ambiente com sigilo absoluto, onde o usuário se sente a vontade para expressar.

O usuário e sua família assistida no CREAS são induzidos pela equipe psicossocial a se expressar a questão social que vivência e a proposição de transformação, assim como também terá resguardado a identidade, integridade e o histórico dos envolvidos. Os assistentes sociais da instituição trabalham com instrumento especializado do serviço social para investigar o caso de cada usuário e propõem técnicas para minimizar a situação, como acolhimento, encaminhamento inclusão no CADÚNICO para programa de benefícios do governo, (FERNANDES, 2006).

Os assistentes sociais trabalham com a escuta qualifica, onde o usuário e sua família são ouvidos pela equipe psicossocial, com formulários de coleta de dados, acompanhamento do caso e possível encaminhamento. O tempo de escuta e o outro para fala proporcionam uma relação da singularidade, da valorização do diálogo e do respeito entra os envolvidos, FERNANDES, 2006, p. 147.

Os técnicos do CREAS utilizam entrevista individual ou coletiva (com a família), com a finalidade de aprofundamento no caso. E também eles fazem visita domiciliar, um dos instrumentos utilizados, acompanhado de técnicas de observação e escuta qualificada na investigação da situação. A visita domiciliar constitui uma intervenção profissional investigativa no atendimento aos usuários no seu meio familiar ou social, isto propicia uma aproximação do assistente social da realidade do sujeito assistido (SPEROTTO, 2009, p. 60).

Para AMARO, 2003, p.13-14, a observação realizada pela equipe psicossocial tem um caráter investigativo nos detalhes do caso e falas comunicadas na visita. A escuta qualificada é uma escuta sensível e também reflexível dos envolvidos, pois este instrumento identifica questões que não foram faladas anteriormente. “Muitas vezes o usuário busca o serviço para superar uma situação





de risco social e nem mesmo identifica que existe uma multiplicidade de questões que agravam as suas condições de vida” (SPEROTTO, 2009, p. 34).

A escuta qualificada e a observação são materializações utilizadas pelos assistentes sociais durante os serviços de proteção social. Os serviços ofertados no CREAS são destinados aos usuários conforme as necessidades, além dos atendimentos socioassistenciais e das políticas públicas setoriais, asseguram aos assistidos pela instituição a reconstituição de vínculos familiares, comunitário e social (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009, p. 21).

Portanto, alguns dos serviços do CREAS como PAEFI e o desenvolvimento da autonomia asseguram ao usuário o respeito a si e ao próximo, os princípios éticos de cidadania e justiça, superação, projetos pessoais e sociais, autoestima, documentação civil. Além disto, os técnicos trabalham a reconstrução do direito a expressão, reivindicação, proteção social, benefício social e de transferência de renda, independência, informação e acesso aos direitos, relacionamento, construção de potencialidade e limite (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009, p. 21)<sup>19</sup>.

### 2.3 A Intervenção dos Assistentes Sociais no CREAS: Avanços e Desafios

O trabalho em rede é uma das alternativas de controle social frente às expressões da Questão Social atribuída aos usuários do CREAS. A articulação em rede proporciona um alcance maior na efetividade das demandas de vulnerabilidade social trazendo proposições para as situações. Os assistentes sociais Couto, Yazbeck e Raichelis compartilham que a articulação entre os profissionais setoriais troca saberes e experiências, isto proporciona estratégias para atuação no enfrentamento de questões complexas, onde seriam dificilmente de serem solucionadas isoladamente, como afirmam Couto, Yazbek e Raichelis, 2010. p. 40.

O trabalho em rede proporciona aos usuários o acesso aos direitos, pois as políticas públicas sempre falham na atribuição dos direitos aos sujeitos. Os

---

<sup>19</sup> O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) em 1993, com a missão de promover o controle social da política pública de assistência social e contribuir para o seu permanente aprimoramento, a partir das necessidades da população brasileira.



assistentes sociais do CREAS articulam planejamento entre a política de assistência social, saúde, segurança pública e educação, para intervir na situação dos usuários do serviço social e suas famílias. Outro desafio, onde os profissionais do serviço social criam atendimento especializado no atendimento de gênero nas políticas públicas para enfrentamento de violência contra mulher (Política Nacional de Enfrentamento à Violência, SPM, 2005, p.14).

O trabalho em rede conceitua a articulação entre as instituições ou serviço governamentais, ONGS, e a sociedade civil constituindo o alcance da eficaz, efetividade e eficiência do serviço prestado ao usuário do Serviço Social. Alguns dos atendimentos no CREAS são identificação e encaminhamento especializado ao usuário em situação de vulnerabilidade social, desenvolvimento de projetos, programas e evento estratégicos de prevenção (Política Nacional de Enfrentamento à Violência, SPM, 2005, p.14).

Portanto, a rede de atendimento trabalha com o intuito de minimizar a demanda da questão social em proporção mencionada na situação, isto empenha diverso saberes, tais como a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, a cultura, entre outras (Política Nacional de Enfrentamento à Violência, SPM, 2005, p.14). Algumas redes de atendimento aos usuários em situação de vulnerabilidade social em São João Del Rei são CREAS Centro, CRAS Matozinhos, CRAS Senhor dos Montes, CRAS<sup>20</sup> Tijuco, Secretária de Assistência Social, Delegacia, Defensoria Pública e outros.

---

<sup>20</sup>O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.



### 3 Capítulo 3 Os Motivos Pessoais de Abandono dos Lares e a Permanência nas Ruas

Figura 4: Dia Nacional da Luta da População de Rua



Fonte: nesp.unb.br

Para Ministério da Saúde, 2012, p. 22 apud Adorno; Waranda, 2004, a População em Situação de Rua (PSR) forma grupos heterogêneos, em nível mundial, mas os motivos não são somente o falta de moradia, como também vários outros fatores da exclusão social, como perda do potencial humano, rompimento dos vínculos familiares e comunitários. Estes são alguns motivos que levam as pessoas a viver nas ruas (BRASIL, 2012, p. 22 apud ESCOREL, 1999; CATELL, 1997).

#### 3.1 Os Fatores de Reincidência de Pessoas em Situação de Rua

Conforme Brasil, 2011, as pessoas vivem em situação de rua por falta de opção, e de não possuir residência regular em vários casos, por isto elas residem nas vias públicas em períodos permanentes ou temporários, ocupando os espaços públicos, como praças, áreas degradadas ou desabitadas e utilizam para moradias e também de sobrevivências. No grupo heterogêneo, a população de rua varia em algumas pessoas, as quais exercem atividades produtivas realizadas nas ruas para a sobrevivência, como catadores de papelão e outros para reciclagem, dentre outros, Brasil, 2011.

As pessoas em situação e rua são encaminhadas pelos assistentes sociais para albergues e casas de passagem, elas pernoitam ou ficam por algum tempo. O histórico da população de rua constitui a sociedade desde décadas passadas, formulada pela pobreza extrema e exclusão do capitalismo, segundo Costa, 2005, p. 5 apud Simões Junior, 1992, p. 19-20. A civilização grega e o Império Romano



geravam pessoas morando nas ruas, e também na Idade Média havia caso de situação de rua.

Na Revolução Industrial, a população de rua era repreendida pelas autoridades e os sujeitos eram ligados à vagabundagem e à mendicância. Para Costa (2005, apud Castel, 1997), a sociedade tratava essa população como “sobrantes”, pois eles eram excluídos do mercado de trabalho e da estrutura social, nem participava ativamente na sociedade de consumo. Por isto eles eram excluídos pelo capital e também pela sociedade civil. As pessoas em situação de rua apresenta um estado físico e mental fragilizados, corroborando com aparecimento de outras doenças graves como, o HIV, doenças sexualmente transmissíveis, tuberculose, enfermidades respiratórias, dentre outras, devida a exposição entre várias pessoas no inverno, chuvas, sol e a falta de higiene, Anjos e Moreno (2014 apud Adorno e Varanda, 2004).

As características da população, para Anjos e Moreno (2014 apud Adorno e Varanda, 2004), em termo de pluralidade e consenso são conhecidas como:

...maloqueiro – quem utiliza maloca ou mocó; albergado – mora em albergue; trecheiro<sup>21</sup> – transita de uma cidade para outra; pardais – permanece nas ruas; nomadismo – carente e habita em qualquer lugar; catador - cata latinhas, cobre, papelão; “fica na rua” – circunstancialmente; “estar na rua” – recentemente; “ser de rua” – permanentemente; desabrigados – perda da casa e do lar; sem teto – tem suas conexões familiares e conquista de moradia popular...

No Brasil, atualmente, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, obtidos em pesquisa realizada em parceria com a UNESCO – Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2011, p. 13), existem aproximadamente 50.000 pessoas em situação de rua. Sendo:

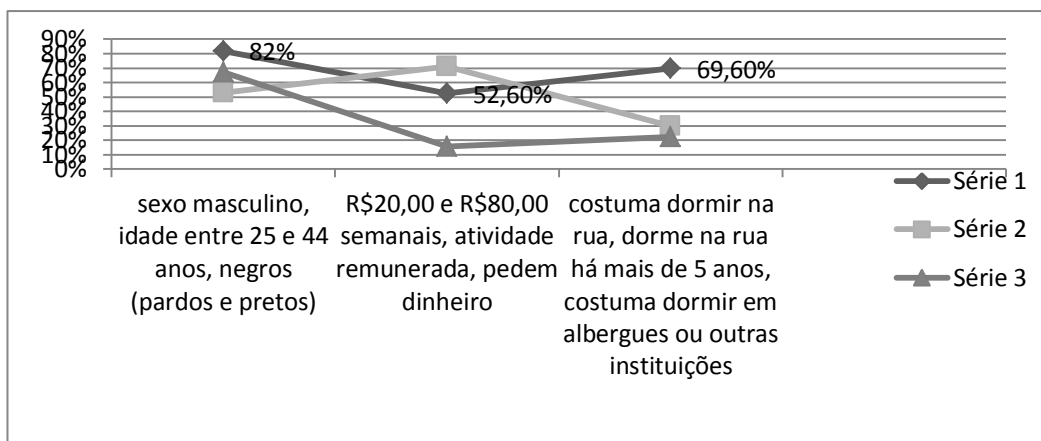
- 82% do sexo masculino;
- 53% com idade entre 25 e 44 anos;
- 67% são negros (pardos e pretos);
- A maioria (52,6%) recebe entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais;
- Composta, em grande parte, por trabalhadores – 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Apenas 15,7% pedem

<sup>21</sup> Aquele que trafega por várias estradas e conhece bem a região por onde está passando é um índice de uma prática de frequentadores de rua que constroem uma representação coletiva e se ligam a movimentos sociais que lhe...



dinheiro como principal meio para a sobrevivência; • 69,6% costuma dormir na rua, sendo que cerca de 30% dorme na rua há mais de 5 anos; • 22,1% costuma dormir em albergues ou outras instituições; • 24,8% não possui qualquer documento de identificação; • 61,6% não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto; • 88,5% não é atingida pela cobertura dos programas governamentais, ou seja, afirma não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais. • Entre os benefícios recebidos, destacaram-se: - Aposentadoria (3,2%); - Programa Bolsa Família (2,3%); - Benefício de Prestação Continuada (1,3%); • As principais razões pelas quais essas pessoas estão em situação de rua são: - alcoolismo/drogas (35,5%); - desemprego (29,8%); - conflitos familiares (29,1%). (BRASIL, 2011, p. 15-16).

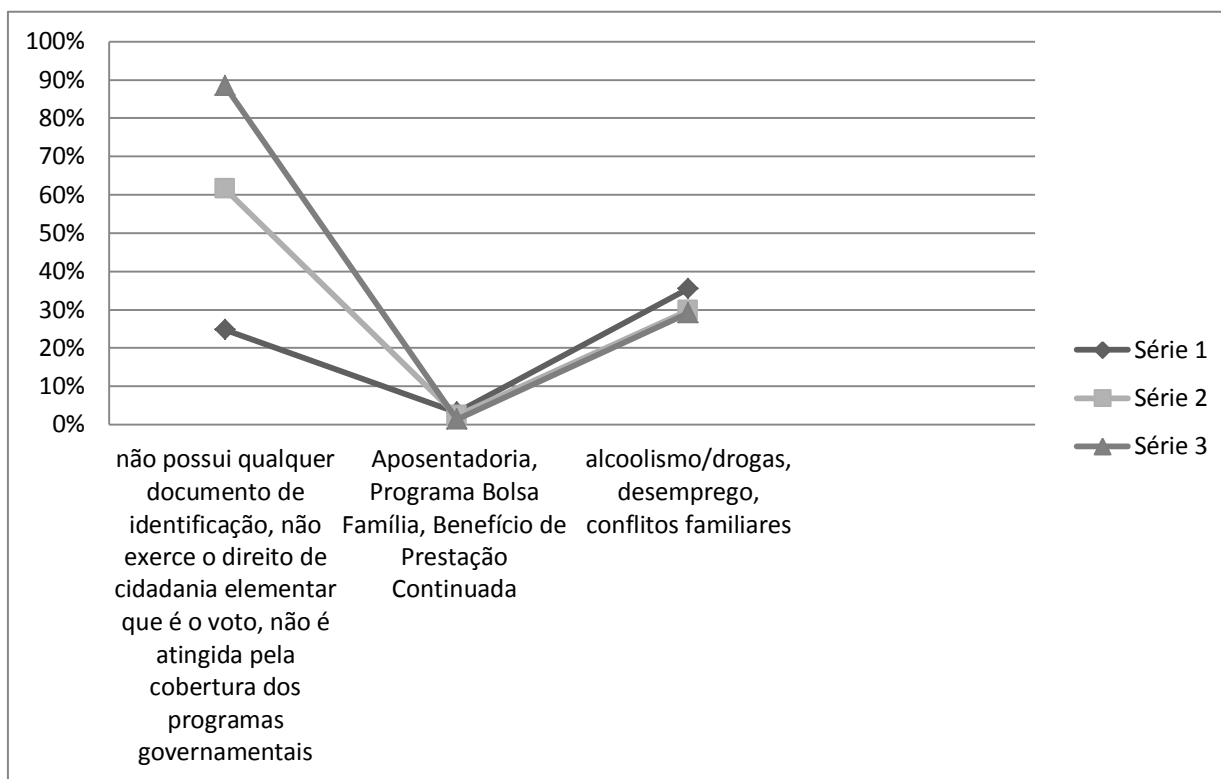
Gráfico 1: População em Situação de Rua no Brasil



Fonte: UNESCO – Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



Gráfico 2: População em Situação de Rua no Brasil, continuação



Fonte: UNESCO – Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Conforme a citação acima conclui-se que as pessoas em situação de rua no país são formadas, em grande parte por homens negros entre 25 e 44 anos de idades. Para Costa (2005, p. 1-2), “esse é um reflexo da globalização da economia e do avanço tecnológico que transformou a forma do trabalho, sem oferecer condições de acompanhamento a essa evolução aos menos favorecidos”. Essa população é mesclada de pessoas de todos os gêneros e idades, grupos, famílias, ambos perderam os vínculos de empregos por algum motivo, além do desentendimento familiar e comunitário. Isto são os motivos que as pessoas perdem a razão de continuar com seus projetos de vidas, sem perspectivas, elas optam a viver nas ruas como modo de sobrevivência.

Para Costa, 2005, apud VIEIRA, BEZERRA E ROSA, 1994, as pessoas que...

...ficam na rua: são circunstancial, pobreza extrema, desempregada, de outra cidade; aquelas que estão na rua: adaptaram nas ruas, bons relacionamentos com outras pessoas da mesma situação, planejamento de sobrevivência (guardadores de carros, catadores de reciclagens e



carregadores de cargas); já as que são da rua, são usuários permanentes, moradores de ruas já um bom tempo, possuem problemas de saúde tanto física como mental e viciados em álcool, drogas e vulneráveis à violência...

Conforme Gomes (2006), além dos citados acima, existem vários motivos que as pessoas escolhem a morar nos espaços públicos. Alguns deles sofreram exclusões do mercado de trabalho e a inadaptação nas relações de produção da metrópole. As expressões da questão social existem no Brasil desde o início deste milênio, esses motivos acontecem devido à mudança econômica, luta de classes entre capital e trabalho, rompimento dos laços familiares e sociais, desânimo nos planos de vida, informal, perda da autoestima, desemprego, violência, perda de entes queridos, doenças mentais e dependência química.

A exclusão social<sup>22</sup> degrada ainda mais a vida dessa população, elas ficam expostas ao tempo o que acarretam problemas de saúde, vivem na miséria extrema, marginalidades e tráfico de drogas. A sociedade reconhece as pessoas em situação de rua, devido ao estado que se encontra, na maioria usam roupas sujas, sapatos surrados, apresentado o estado de vulnerabilidade na condição de vestimenta, além de carregarem seus simples pertences, Costa (2005, p. 4).

Para Costa (2005, p. 4) existem inúmeros motivos, onde o sujeito opta a morar nas ruas, por falta de emprego, e usuários que conseguem um subemprego, mas não provem seus próprios sustentos. Por estes motivos, a população de rua não escolhe o usuário que irá viver nesta situação, mas foi conduzido há uma circunstância alheias a vontade própria, onde o sujeito se forma em uma subcultura limitada ou incompleta.

### 3.2 A Exclusão Social e a Proposição para as Pessoas em Situação de Rua

A Política Nacional para Inclusão Social da População de Rua (2008) remete que o aparecimento dessas “subculturas” evidencia a propagação da desigualdade social no Brasil. A questão social é fruto do sistema capitalista, que gera o trabalho assalariado e exploração da mão obra, onde a pobreza aumenta como passar do

---

<sup>22</sup> Exclusão social é um termo que caracteriza o distanciamento de uma pessoa ou grupo que esteja em situação desfavorável ou vulnerável em relação aos demais indivíduos e grupos da sociedade.



tempo, o trabalhador ficam cada vez mais vulnerável a exclusão social devido à privação da participação efetiva nas relações de trabalho e na sociedade.

Para Arrá (2009, p. 17) o sistema capitalista exclui as pessoas em situação de rua de todos os direitos, como social, político, econômico, e além de julgar esses sujeitos como “lixo, coitado e incapaz”. Pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no ano de 2007,

...a menor proporção da população de rua encontrada entre as capitais é da cidade de Manaus, correspondente a 0,2%, número bem abaixo da média nacional de 0,6%. O maior índice de moradores de rua que se declararam brancos está em Curitiba, com 59,1% das pessoas entrevistadas, enquanto que em Salvador, cerca de 48,1% destes moradores declararam ser de cor negra, maior índice desta capital. Na cidade do Rio de Janeiro a maioria dos moradores de rua são de meia-idade (45 anos aos 54 anos), o que correspondeu a cerca de 44,1% desta população; já em contrapartida, com mais de 60,3% e na faixa dos 25 anos aos 44 anos está Brasília, a capital com maior concentração de jovens moradores de rua do país.

Conforme Pereira (2013, p. 12), esses dados revelam que “as principais causas estruturais da expansão da população em situação de rua estão nas transformações ocorridas no mundo do trabalho, principalmente, no aprofundamento do desemprego estrutural, redução da renda e precarização das formas de trabalho”. Somando-se a isso as reduções em políticas públicas de proteção social. Mais uma vez ressalta-se que a população em situação de rua não se encontra nessa condição por vontade própria, mas isto é resultado da falta de oportunidades oferecidas pelo sistema do capital e do trabalho, no qual o Estado tem um papel fundamental.

Gomes (2006) relata que as pessoas em situação de rua são formadas pela classe trabalhadora “que compõem a superpopulação relativa nos marcos da sociedade capitalista, parte dos quais podem ser classificados como superpopulação relativa estagnada”. As transformações no mundo do trabalho a partir da Revolução Industrial<sup>23</sup>, no século XVIII que, pela crise econômica instalada com a acumulação do capital, levou essas pessoas a residir em espaços públicos, como ruas, praças,

---

<sup>23</sup> A Revolução Industrial foi o período de grande desenvolvimento tecnológico que teve início na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII e que se espalhou pelo mundo, causando grandes transformações.





cemitérios, etc., bem como em áreas degradadas, como galpões e prédios abandonados, ruínas, entre outros e ocasionalmente utilizar abrigos e albergues para pernoitar, por não haver outras possibilidades.

Para Santos 2009, p. 27 apud Escorel, 1999, p. 175, não consegue concluir a taxa de desemprego em meio à população de rua e muito menos concluir a relação de desemprego, pobreza extrema, do vínculo laboral e da situação nas ruas. Mas os usuários relatam que o desemprego é um dos motivos das pessoas viverem nas ruas. Outros relatos são as transformações no campo de trabalho, além da mudança do homem do campo para a metrópole a procura de emprego e realização profissional, muitos não conseguem e inserem no aumento da população em situação de rua, as pessoas sem emprego e renda não conseguem uma condição de vida boa e vão morar em espaços públicos, como rodoviárias, praças, pontes, viadutos, sobradinhos, entre outros, GOMES, 2006.

A vida precária no campo, a escassez de mão de obra nas cidades e a falta da qualificação profissional são quesitos para a migração da população de cidades pequenas para as grandes em busca de melhores condições de vida. A inclusão no mercado de trabalho, nas metrópoles, requerem currículos bons e selecionados como escolaridades, qualificação, documentação, referencial e residência fixa. A maioria dessas pessoas não consegue admissão no trabalho por falta de qualificação, e grande parte não consegue retornar para a cidade de origem, sem condição financeira ou lhe falta coragem para enfrentar a família e acaba residindo nas ruas (SANTOS, 2009, p. 28).

Conforme Pereira, 2013, p. 12 apud Silva, 2009, as pesquisas concluem “o fenômeno população de rua” constitui seis aspectos deferentes...

[...] suas múltiplas determinações, percebidas no debate sobre a multiplicidade de causas que conduzem à situação de rua; constitui uma expressão radical da questão social na contemporaneidade; localização nos grandes centros urbanos; o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno; particularidades vinculadas ao território em que se manifestam decorrentes dos hábitos, dos valores e das características socioeconômicas, culturais e geográficas predominantes no território; e por fim, a tendência à naturalização do fenômeno, que se faz acompanhada pela inexistência de políticas sociais universalizou capazes de alcançar este grupo populacional e influir na redução da pobreza e das desigualdades sociais.



Esse trecho, Santos, 2009, afirma que as pessoas em situação de rua são formadas, na maioria, pelas classes mais pobres da população, onde esses usuários constituem baixa escolaridade, sem formação profissional, pois os vínculos empregatícios são fragilizados antes de morarem na rua. Outra expressão da questão social que aumento os números de pessoas em situação de rua é o descaso da sociedade civil com esses sujeitos. Os indivíduos desamparados da família, sem empregos, não têm onde morar, nem bens materiais, eles são tratados pela sociedade de mendigos, indigentes, desocupados, vagabundos, entres outros estereótipos, Rodrigues, 2015.

O preconceito contra a população de rua desmotiva essas pessoas a inclusão social, ingressar no mercado de trabalho e reestabelecer o vínculo familiar e social. A desavença no convívio familiar é irreversível em muitos casos, pois a família não toma conhecimento do ocorrido, nem procura por falta de interesse dos envolvidos. Isto, para o Escorel (1999), Santos (2009, p. 26) relata que “o afastamento da família, elemento fundamental de apoio material, de solidariedades e de referência no cotidiano, permite uma primeira e basilar configuração da população de rua: é um grupo social que apresenta vulnerabilidade nos vínculos familiares e comunitários”.

Para a visão de Santos (2009, p. 27) <sup>24</sup> as expressões conflitantes nas famílias, na maioria, que quebram os vínculos afetivos são a opção sexual do usuário, o alcoolismo, uso e trágico de drogas. Isto desestrutura não só os laços familiares, mas o desequilíbrio financeiro, envolvimento em crimes (assaltos e roubos), violência doméstica, abuso sexual, dentre outros. Outros fatos são quando os indivíduos apresentam empecilho, estorvo, transtorno na família, e esta os abandonam por não aguentarem viver na situação. Entre os excluídos no meio familiar estão os doentes mentais, idosos, pessoas com deficiência, pois estes usuários requerem alguns cuidados especiais, além de gastos altos com a saúde e em alguns casos colocarem a família em situação de risco Santo (2009, p. 27).

Outros casos são pessoas que saem de casa, elas se perdem e ficam morando nas ruas. A reconstituição de vínculos familiares é importante na

---

<sup>24</sup> Na visão de Santos (2009, p. 27), as principais causas de conflitos familiares levam à ruptura de vínculos e laços afetivos.



recuperação dos indivíduos, pois eles saem de casa, vão residir nas ruas, sem o apoio da família passam a usar e traficar drogas como refúgios na falta de afeto e desprezo dos entes queridos.

Conforme Engel (2010, p. 25)...

...em sua pesquisa realizada na cidade de Lages-SC com 08 pessoas em situação de rua, com idades que variam entre 20 e 62 anos, todos entrevistados estavam em situação de rua em razão do “consumo de drogas decorrentes de situações relativas a desestrutura familiar”.

Este contexto de Engel (2010) relata que os usuários eram dependentes químicos antes de se residirem nas ruas. O uso e tráfico de drogas, dependência química e o consumo abusivo de álcool abrange a população de rua. Para Engel (2010) o vício tanto no uso de drogas ou álcool é um meio dos usuários fugir da angústia e satisfazer o vazio no peito, pois o uso de drogas e outras substâncias estão associados ao mau entendimento familiar e social.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) o uso de drogas é a principal razão pelas quais indivíduos se encontram em situação de rua...

...cerca de (35,5%), seguida do desemprego com (29,8%) e da quebra de vínculos familiares por desavenças (29,1%). Conforme Abreu (2013, p. 45 apud Snow e Anderson, 1998), “há muito tempo o uso e/ou abuso de álcool e outras drogas nos espaços das ruas é parte de dimensões culturais que compõem o estilo de vida de quem vive nas ruas”...

Isso configura o seguimento da população de rua, pois o alto crescimento de pessoas em situação de rua que usam álcool ou outras drogas em vias públicas como habitação mais próximas das associações do consumo de drogas. Vários casos levam o sujeito à rua, alguns não foram residir na rua para usar drogas, mas, com o convívio de outros usuários passam a consumir as substâncias entorpecentes (ABREU, 2013).

Para Abreu (2013, p. 47 apud Brognoli, 1996, p. 163) informa que o consumo de álcool em espaços públicos não só responde as necessidades dos usuários, bem como também tranquiliza a rotina na rua, inibi e anestesia o frio, fome, lembrança. O



consumo de substância química na rotina do usuário é preenchido de significados, desde a necessidade do uso até o meio de confrontar com os entraves da situação e da exclusão social vivida.

O consumo abusivo de substância química como álcool e drogas constitui um fenômeno no convívio das pessoas em situação de rua, assim como também é uma questão social para o retorno as ruas depois da sua reconstrução familiar e social. Abreu (2013) relata que “torna-se fundamental a reflexão e ação do Estado sobre a elaboração de políticas direcionadas a esse público que se encontra totalmente desprovido de proteção, amparo e atenção social”.

Portanto, apesar do Estado brasileiro reduzir os investimentos em políticas públicas voltadas aos serviços sociais, ele sabe das graves expressões da questão social, tanto suas causas e as consequência. A alternativa para o Estado e a sociedade civil é reconhecer os direitos das pessoas em situação de rua é ampliar as políticas públicas de assistências sociais na redução de índice da exclusão social, promoção de justiça e cidadania e a criação do Centro POP<sup>25</sup>.

#### **4 Capítulo 4 A Atuação do Assistente Social Frente à População de Rua: Pesquisa de Campo**

Para a elaboração da pesquisa de campo, tivemos como base a pesquisa bibliográfica e exploratória, segundo Gil (1999), o trabalho estuda o atendimento do Assistente Social no CREAS frentes as demandas das expressões da questão social. O trabalho discute o avanço no serviço de acolhimento aos moradores em situação de rua na cidade de São João Del Rei. Ele aproxima e aprofunda se da invisibilidade dessas pessoas em situação de rua e revisa o fenômeno para trazer novo saberes. A equipe psicossocial saiu a campo e abordou as pessoas em situação de rua, onde os usuários responderam aos técnicos um questionário e preencheu uma folha de atendimento, as intervenções aconteceram no CREAS da

---

<sup>25</sup> Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) tem o propósito de atender famílias e indivíduos nas mais diversas situações de vulnerabilidade social ou violação de direitos.



cidade e iniciaram no dia 28 de setembro e terminaram em 04 de dezembro de 2020.

A intervenção dos técnicos foi intencional, mas com foco nas pessoas com vulnerabilidade social. A pesquisa contou com a colaboração do assistente social psicólogo, educador e o coordenador, ambos selecionados por determinação de tempo de trabalho na instituição, sendo considerada maior parte no período da manhã e duas vezes por semanas, os quais aceitaram prontamente colaborar com o trabalho. Tivemos como segundo critério de seleção, que todos tivessem vínculo com a Secretaria de Assistência Social, por considerar que está é uma exigência da PNAS (2004) e NOB SUAS RH (2006). (Fonseca, 2013, p. 45).

O estudo sobre a atuação do assistente social frente às demandas da população de rua sensibilizou o grupo devido à invisibilidade dessas pessoas em pobreza extrema. Essa negação de direito humano por parte do Estado e da sociedade foi uma proposição do tema inspirado nas violações de direitos das pessoas em vulnerabilidade social. A equipe técnica do CREAS comoveu com a falta de reconhecimento dessas pessoas como sujeito de direito, pois os órgãos competentes e a sociedade civil, na maioria, os tratavam como indigentes e outros como coitados. Isto impossibilita a transformação social desses usuários, CREAS – São João Del Rei (MG), 2021.

#### 4.1 As Características Gerais do CREAS de São João Del Rei (MG)

Figura 2: Símbolo do CREAS de São João Del Rei



Fonte: CREAS de São João Del Rei

O CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) é um instrumento privativo do Assistente Social e integra o Sistema Único de Assistência



Social. A instituição é um órgão público estatal, ele atende o município local, o objetivo é reconstruir vínculos afetivos. Este instrumento oferta serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) com ações de orientação, proteção e acompanhamento às famílias e membros em situação de risco pessoal e social, violação de direitos ou ameaça, CREAS – São João Del Rei (MG), 2021.

Segundo o CREAS de São João Del Rei, em 2020, cadastraram cerca de 50 (cinquenta) pessoas em população de rua nessa cidade, sendo 20 (vinte) moradores de rua, 16 (dezesesseis) usuários e 14 (quatorze) pessoas em situação de rua. Esses usuários estão mais vulneráveis em tempo de Pandemia da Covid-19. Neste período, o Serviço Social é considerado essencial, pois os trabalhos foram intensificados nos cuidados com a saúde dos usuários. As dificuldades nesses trabalhos aparecem devido à falta de um abrigo na cidade para o acolhimento dessas pessoas e a invisibilidade cresce cada vez mais para esses usuários, CRISTINA, A.S. Angelina (CREAS de São João Del Rei, 2020).

A equipe da instituição é multiprofissional composta por assistente social, psicólogo, educador social, advogado, pedagogo, e articula com diversas áreas das Políticas Públicas. Os técnicos atendem as pessoas que sofreram algum tipo de assédio, discriminação, abuso, violência, cuidados em razão da idade ou deficiência, abandono e situação de rua. A falta de documentação não impede o atendimento e o serviço é gratuito para todas as pessoas que necessitar, pois a Assistência Social<sup>26</sup> é um direito de todos e dever do Estado, CREAS – São João Del Rei (MG), 2021.

Priscila e Ed Carlos são moradores de rua...

...eles têm 28 e 30 anos de idades cada, ela disse que não quer ficar na rua, que tem dois filhos, que o pai dela não aceita Ed Carlos na casa dela e por isso foram morar na rua, que tem cinco dias nesta situação, que precisam do aluguel social para morar em uma casa com os filhos, que tem móveis, que os filhos estão com a vó até arrumar uma residência. O Ed Carlos disse que recebe benefício social sendo muito baixo o valor para suprir as despesas,

---

<sup>26</sup> Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.



que precisa do aluguel social até arrumar um trabalho e assim aumentar a renda, CREAS São João Del Rei, 05 de novembro de 21.

O CREAS em geral tem finalidade de:

1- Proteção das famílias e membros na reparação de violação de direitos; 2- Apoio e orientação especializados às pessoas em situação de risco pessoal ou social; 3- Intervenção e investigação de pessoas em situação de rua; 4- Visitar, orientar, observar, abordar, acompanhar, encaminhar, transformar o rumo da vulnerabilidade social; e 5- Inclusão social, cadastro na Cad. Único para benefício de renda, reinserção familiar e comunitária e à garantia e defesa de direito a indivíduo.

O CREAS oferece apoio e orientação especializados às pessoas que já têm suas situações de risco comprovadas, ou seja, que são vítimas de violência física, psíquica e sexual, negligência, abandono, ameaça, maus tratos, situação de rua e discriminações sociais, CRISTINA<sup>27</sup>, CREAS – São João Del Rei (MG), 2021. Os objetivos do órgão são: 1- Fortalecer as redes sociais de apoio da família; 2- Contribuir no combate a estigmas e preconceitos; 3- Assegurar proteção social imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social; 4- Prevenir o abandono e a institucionalização; e 5- Fortalecer os vínculos familiares e a capacidade de proteção da família, CRISTINA, CREAS – São João Del Rei (MG), 2021.

As Demandas atendidas pela instituição carecem de violência na família: abandono, negligência, violência física ou psicológica; discriminação: raça, cor, etnia, gênero, orientação sexual e deficiência; trabalho infantil; afastamento ou rompimento do convívio familiar; cumprimento de Medidas Socioeducativas: Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida; violência sexual: abuso e exploração sexual; dependência de cuidados por causa da idade: idoso e pessoa com deficiência; e vítima de calamidades ou emergência social: rompimento de barragens, enchentes, secas e migrantes, CRISTINA, CREAS – São João Del Rei (MG), 2021.

As principais características do público alvo atendido pela instituição são crianças e adolescente, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em

---

<sup>27</sup> Formada em Assistente Social, exerce esta função no CREAS de São João Del Rei na Abordagem Social frente à População de Rua e Violência Doméstica, 2020, 2021...





situação de rua, famílias e membros em situação de ameaça ou violação de direito. A estrutura e funcionamento da organização constitui de hierarquia, organograma, departamentalização, políticas socioadministrativas, que são Órgão Municipal e Estatal; Departamento e Secretaria de Assistência Social; Políticas Públicas e Sociais, CRISTINA, CREAS – São João Del Rei (MG), 2021.

Os recursos humanos, financeiros e outros necessários para o alcance dos objetivos da instituição advêm do município. A equipe psicossocial realiza o trabalho em territórios e domicílios além do atendimento na Instituição. As parcerias e as relações interinstitucionais do CREAS compõem o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, Organização de Defesa de Direito e Rede Efetiva de Proteção Social, CREAS – São João Del Rei (MG), 2021.

O CREAS atende os usuários e recebe demandas na instituição, além da equipe prestar trabalho de campo visitando residências e territórios com objetivo de aprofundar, intervir, investigar os casos separadamente. Na instituição, os usuários bebem café, a assistente social conversa e entrevista reservadamente cada pessoa, eles são orientados sobre os direitos violados e como proceder na reparação. Os usuários sentem amparados pelo trabalho do Serviço Social no CREAS, eles são tratados com sujeito de direito, tendo sua autonomia preservada e o sigilo absoluto, CREAS – São João Del Rei (MG), 2021.

#### 4.2 O Serviço Social como Espaço de Formação

O Serviço Social no CREAS trabalha com especialização em Abordagem Social<sup>28</sup> e tem visitas ativas em territórios, domicílios, como incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, violência doméstica e outras. O assistente social em conjunto com psicólogo, educador social, pedagogo e estudante realiza as intervenções seguindo as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social, CREAS – São João Del Rei (MG), 2021.

---

<sup>28</sup> A abordagem social constitui-se em processo de trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo de confiança com pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social.





A Lei 8.662 de 7 de junho de 1993 regulamenta a profissão do Assistente Social, onde o 1º Artigo é livre o exercício da profissão do Assistente Social em todo o território nacional, em consonância com as condições estabelecidas nesta lei. O Código de Ética do Assistente Social rege as normas que preveem na atuação do profissional, os direitos, deveres e as proibições, CFESS-CRESS. As Diretrizes Curriculares, ABEPSS de 1996, fundamentam um conjunto de conhecimentos na formação do Assistente Social com fundamentos teórico-metodológicos da vida social, a formação sócio histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional.

No CREAS, os assistentes sociais têm vários desafios na atuação profissional, como a falta de autonomia, segundo IAMAMOTO, 2009, relata que os AS atua com autonomia relativa, baseada no clientelismo. Também a estrutura e conjuntura do CREAS são precárias, o governo reduziu o financiamento nas políticas públicas e sociais, há uma grande demora nos resultados para aquisição de benefícios sociais e problema na liberação de recursos.

As pessoas atendidas no CREAS são Criança, adolescente, jovens, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, e suas famílias, ambas vivenciam ou situação de rua, ameaça, abandono, discriminação, violação de direitos, violência, exploração sexual, trabalho infantil e outras formas de submissão que provocam danos e os impedem de usufruir a autonomia e o bem-estar, CREAS – São João Del Rei (MG), 2021.

O CREAS oferta acompanhamento especializado por equipe multiprofissional e capacitado para proteger a família e indivíduo. Os técnicos reparam os casos separadamente e trabalham de modo a mudar o rumo da vulnerabilidade social. As ações ofertadas na instituição são confecções de novos documentos, inclusão e atualização do usuário no CADÚNICO<sup>29</sup> para programas sociais do Governo

---

<sup>29</sup> O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias.



Federal, encaminhamento em caso de necessidade e dentre outros, CREAS – São João Del Rei (MG), 2021.

As medidas para melhorar a rotina no trabalho dos assistentes sociais são os fortalecimentos nas habilidades fundamentais para lidar com vários tipos de pessoas, em controle emocional, comunicação pessoal, organização e mudança na visão assistencialista. O assistente social não pode intervir sem justa causa, ele deve colaborar no âmbito profissional com os órgãos da classe, CREAS – São João Del Rei (MG), 2021. Forte é ultrapassar a dificuldade! Ninguém vence sempre. O que difere os vencedores dos outros é a insistência, mesmo quando o mundo parece ter desistido deles. Então não desespere e nunca, nunca, desista!

Portanto, uma pessoa chega ao CREAS, ela é atendida na recepção e encaminhada para equipe psicossocial conforme o caso. As demandas também chegam através de denúncias escrita, telefone, ou presencial. Os ocorridos são relatados pela vítima ou tetemunha, as mais comuns são assédio, discriminação, abuso, violência, situação de rua e cuidados em razão da idades ou deficiência. Os técnicos atendem as demandas em sigilo absolutos, com a ficha de atendimento, observação, entrevista, visita, intervenção, investigação, encaminhamento e acompanhamento, CREAS – São João Del Rei (MG), 2021.

#### 4.3 A Abordagem Social aos Cidadões em Risco

A pesquisa de campo aconteceu no CREAS de São João Del Rei, onde os técnicos visitaram as pessoas em situação de rua nos locais público com maiores aglomerados desses usuários. A equipe psicossocial realizou os trabalhos no período da manhã, sendo duas vezes por semana, entre o dia 28 de setembro a 04 de dezembro de 2020, onde os profissionais coletaram dados de pessoas em vulnerabilidade social, através de entrevista, observação, orientação, escuta e acolhimento, CREAS – São João Del Rei (MG), 2021.



Para CRISTINA, Assistente Social, as intervenções profissionais<sup>30</sup> do AS no CREAS frente as pessoas em situação de rua são abordagem social, acolhimento do usuário, localização da família, caracterização do público alvo, apoio no acesso à documentação pessoal e estimula a mobilização comunitária. Além dessas atuações, os técnicos trabalham com a investigação sobre o histórico de vida, violação de direitos, realização de cadastro para programas sociais, encaminhamento (trabalho em rede), acompanhamento e proposições para mudar o rumo da situação. O atendimento psicossocial é realizado com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo. O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais, CREAS – São João Del Rei (MG), 2021.

Segundo a Política Nacional de População de Rua<sup>31</sup>, conforme Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, estabelece a população em situação de rua um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades. As pessoas que vivem nesta vulnerabilidade social associam em comum à condição de pobreza extrema, vínculo familiar interrompido ou fragilizado, desemprego, falta de habitação convencional regular, sendo compelida a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, por caráter temporário ou de forma permanente. Qual a importância da atuação do Assistente Social no CREAS frente à população em situação de rua na garantia dos direitos?

A abordagem social constitui se uma intervenção planejada pelo AS em conjunto com o psicólogo, educador e estudante. Os técnicos utilizam se escutas qualificadas para decifrar o caso, eles criam uma expectativa de confiança com o usuário e sua família, por isto os profissionais são bem recebidos pelos moradores em situação de rua. Os usuários vivem em espaços públicos e são acompanhados pelo Assistente social e sua equipe interdisciplinar. O objetivo da equipe propõe aos atendidos o acesso à rede de proteção social. Isto atribui ao serviço do CREAS com

---

<sup>30</sup> Atualmente, o serviço social se tornou uma profissão interventiva que busca principalmente a garantia e o acesso de direitos às camadas populares trabalhadoras. O curso superior de serviço social foi oficializado no país pela Lei nº 1.889 de 13 de junho de 1953.

<sup>31</sup> Art. 71 A população em situação de rua tem direito a amplo acesso aos órgãos do sistema de Justiça e defesa dos direitos. §1º O atendimento deve ser prioritário, desburocratizado e humanizado, sem necessidade de agendamento.



atendimento especializado em apoio, orientação e acompanhamento às pessoas em vulnerabilidade<sup>32</sup>, ameaça ou violação de direito, CRISTINA, 2021.

O Assistente Social atua frentes as demandas das expressões da questão social em conjunto com equipe interdisciplinares, pois as trocas de saberes constroem respostas específicas para transformação social dos usuários. Para CREAS de São João Del Rei, MG, 2021, o profissional é instruído teórico e metodologicamente para identificar pessoas em situação de risco social nos espaços público, assim como moradores de rua, como também trabalho infantil, exploração de criança e adolescente, uso abusivo de crack e outras drogas.

Segundo Gil, 1999, o pesquisador utiliza se um método científico para atingir o conhecimento, pois é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos. O objetivo do trabalho científico é desvendar um determinado assunto em investigação, propondo e definindo métodos específicos para garantir o alcance do que esta em análise.

O profissional do Serviço Social, segundo CRISTINA, 2021, realiza abordagem de rua sempre pautada no respeito aos direitos humanos e no fortalecimento ou resgate dos vínculos familiares e comunitários. Isto ajuda na intervenção dos técnicos com os usuários, pois a equipe é bem recebida pelos moradores em situação de rua. Ambos têm vinculação empática e aproximação com necessitado.

Segundo dados do CREAS – São João Del Rei (MG) 2021, o trabalho do AS proporciona a orientação e a transformação na vida das pessoas em vulnerabilidade social, cuidado singular e acolhimento ao mais promovendo o bem estar físico, psicológico e social. A observação, intervenção, investigação são alguns dos instrumentos utilizados na ação profissional e além de outros que são específicos ao Serviço Social. Estes técnicos realizam o trabalho frente às demandas das expressões da questão social e vão além do combate à desigualdade social, pois o termo “ajuda” é associado à caridade e isto não é função do assistente social, o

---

<sup>32</sup> Vulnerável é algo ou alguém que está suscetível a ser ferido, ofendido ou tocado. Vulnerável significa uma pessoa frágil e incapaz de algum ato...



objetivo é representar a classe trabalhadora na luta contra a exploração do capitalismo em prol da justiça, equidade e transformação social<sup>33</sup>.

### **Conclusão**

O referido trabalho concluiu um estudo sobre a atuação do assistente social frente à população de rua, onde os técnicos atenderam esse público no CREAS ou em domicílios com o intuito de desvendar o caso. O projeto demonstrou o descaso da sociedade e do Estado diante das pessoas em situação de rua, tratados como “lixo”, desvalorizados, rotulados como vagabundos, desocupados e bandidos. Os usuários do CREAS relataram a discriminação e o preconceito por parte da sociedade civil e do Estado. Dessa forma, a equipe aprofundou as atuações dos serviços prestados na Instituição a esses usuários.

O trabalho mencionou o histórico do Serviço Social na formulação da política pública de assistência social. Os desafios expostos foram constantes na atuação profissional desde o período histórico aos dias atuais. A renovação do Serviço Social, no Brasil, concluiu as bases fundamentais da profissão proporcionando ao técnico a capacidade de leitura crítica da realidade social. A dimensão teórica metodológica do Serviço Social apresentou reforço no espaço acadêmico e sociocupacional, bem como uma intervenção mais investigativa. Isto demonstra o respeito dessa categoria que presta um papel fundamental frente às demandas das expressões da questão social advinda do confronto entre o trabalho e o capital. O Projeto Ético Político em acordo com o Código de Ética do Assistente Social expõe o norte na execução profissional, isto atribui à autonomia da intervenção dos assistentes sociais na defesa da garantia de direitos.

A população de rua vive na pobreza extrema, eles são vítimas do sistema capitalista, este explora sua mão de obra e não respeita o indivíduo como ser humano. A qualidade de vida do ser humano relaciona a bens materiais, boa alimentação, habitação e a “falsa” sensação de bem estar, entre outros. Para esse

---

<sup>33</sup> Transformação social significa a mudança da sociedade e do seu modo de organização. Isso pode incluir transformações na natureza, nas instituições sociais, nos comportamentos e nas relações. A transformação social, por sua vez, acontece pela necessidade em adaptar-se ao novo para garantir sobrevivência.



público o mais importante é a “liberdade”, como se pode observar nos aspectos analisados “na rua ninguém me incomoda”, porém a sociedade capitalista se incomoda com a presença dessas pessoas que tem na rua, praças, marquises e/ou outros espaços abandonados como moradia, fugindo do padrão de vida desejável pela sociedade, diante disso, acabam por serem excluídos socialmente.

A população de rua possui em comum uma dinâmica familiar disfuncional, fragilidade de vínculos afetivos, desemprego e/ou ainda a problemática da dependência química, o que acaba por preponderar o ingresso ou a permanência nas ruas. Levando em consideração a isto, precisamos pensar nesses usuários como seres humanos, e reconhecer que os aspectos psicológicos e afetivos que permeiam tal situação, são bastante relevantes e que precisam de atenção mais específica no campo emocional na tentativa de resgate da cidadania.

O assistente social mencionou o regaste dessa população no reconhecimento como cidadãos de direitos. Dessa forma, as políticas públicas legitimadas atendam as necessidades desta população e assim abolir de vez o preconceito, e a exclusão social. Por isto, os serviços ofertados pelo CREAS são de suma importância na vida da população de rua. Isto tem levado alguns usuários a resgatar sua autoestima, seu valor enquanto ser humano, pois há casos em que usuários retornaram para o convívio familiar, outros são reinseridos ao mercado de trabalho.

Portanto, a atuação do assistente social trabalha articulando com as ações em rede através de política pública. Por isso tudo, deve se ter a compreensão da necessidade de valorizar o individuo através de ações básicas, devendo estar vinculadas às intervenções de proteção social de média ou alta complexidade. A parceria entre os órgãos competentes e assistência social, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988, a partir da criação do Estado Brasileiro de Direito, proporciona a garantia dos direitos fundamentais sem distinção.



## Referências

- FIALHO, Juliana (2017), **Assistência social x Assistencialismo**, acesso em 15/12/2021: <https://www.gesuas.com.br/blog/assistencia-social-x-assistencialismo/>;
- MEDEIROS, Juliana, **História de Assistência Social no Brasil**, maio de 2020, acesso em 15/12/2021: <https://www.gesuas.com.br/blog/historia-da-assistencia-social/>;
- CRISTINA, A.S. Angelina, **Abordagem a População de Rua, Centro de Referência de Especialidade de Assistência Social – CREAS**, São João Del Rei, 2020;
- KÁTIA, Maria, **Saúde da população em situação de rua: um direito humano**, Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014;
- JOYCE, Coordenadora, **Abordagem e Dados de Morador em Situação de Rua, CREAS e Secretaria de Assistência Social**, São João Del Rei, Minas Gerais, 2020;
- IPEA, População em Situação de Rua, 2020, Assessoria de Imprensa e Comunicação, acesso: <https://www.ipea.gov.br/index.php>;
- VERONEZE, Renato Tadeu, **Pesquisa em Serviço Social, dimensão constitutiva do trabalho do assistente social**, ed. Intersaberes, Curitiba, Brasil de 2020;
- BASTOS, Amanda S. F. **A Renovação do Serviço Social e Vigência na Contemporaneidade**. Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira, ano VI, nº 08, 2013;
- BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, 2005;
- BRASIL. **Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011** – Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;
- BRASIL. **Controle exercido por conselhos da assistência social: módulo 1: assistência social no Brasil : políticas, recursos e controle**. Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social, 2013;
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999 e 2009;





SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012;

TATAGIBA, L. **“A Institucionalização da participação**: os conselhos municipais de políticas na cidade de São Paulo”. In L.Avritzer (ed). A participação em São Paulo. São Paulo, Unesp, 2004.

CRISTINA, A.S. Angelina, **Reconstruindo Vínculos**, CREAS – São João Del Rei (MG), 2021, acesso em 06/12/2021: <https://creas.municipal.com.br/creas-reconstruindo-vinculos-sao-joao-del-rei-mg/>;

CRISTINA, A.S. Angelina, CREAS – São João Del Rei (MG), **Pesquisa de Campo no CREAS**, Abordagem Social e atendimento na Instituição, 2021;

AMARO, Sarita. **Visita domiciliar**: guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre: AGE Editora, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistenciasocial-snas/cadernos/politica-nacional-de-assistencia-social-2013-pnas-2004-enorma-operacional-basica-de-servico-social-2013-nobsuas>>, acesso em jun./2012.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

FERNANDES, Idília. **Dialética da Instrumentalidade**: abordagem grupal e familiar na perspectiva da Assistência Social. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz (orgs.). Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da implantação. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2006.

GASPAROTTO, Geovana Prante. **Desigualdades e Resistências**: Avanços, Contradições e Desafios para a garantia das seguranças do SUAS pela proteção social especial. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social. São Paulo: Cortez, 2008.





\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na cena contemporânea.** IN: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais, 2009.

SPEROTTO, Neila. Instrumentalidade do Serviço Social. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2009.

RAICHELIS, Raquel. **O trabalho do assistente social na esfera estatal.** IN: CFESS/CRESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: ABPESS, 2009.

YAZBEK, Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas para o seu enfrentamento.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. n.110.p.288- 322. abr/jun.2012.

BOTELHO, Joacy Machado; CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes da. Metodologia científica. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em:  
[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao\\_ao.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao_ao.pdf) Acesso em: 19 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop: SUAS e População em Situação de Rua. v. 3. Disponível em:  
[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_centro\\_pop.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf). Acesso em: 21 mar. 2016.

BRUYNE, P. et al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997. DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.

LAJÙS, Maria Luiza de Souza. **A Política Pública de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.** Disponível em:  
<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/download/456/290>. Acesso em: 19 dez. 2015.

LOLIS, Dione; KURIKI, Lisa Mitiko Koga. **Intervenção com a família pra o fortalecimento dos vínculos familiares no enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente.** Disponível em:



<http://www.uel.br/revistas/wrevojs246/index.php/ssrevista/article/view/13751/12474>.  
Acesso em: 23 mar. 2016.

MIRANDA, Nadja **Conceição de Jesus**. Espaços públicos de Salvador: uso e apropriação pelos moradores de rua: uma análise do espaço concebido, vivido e percebido. Salvador, 2006. Disponível em:  
<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18373/1/Nadja%20Conceic%C3%A3o%20de%20Jesus%20Miranda.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

RAMOS, Luciângela, **FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A REINCIDÊNCIA DA POPULAÇÃO EM DE RUA**, Disponível em...<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br> › 2017/02 › Artigo-Luciangela.pdf — motivos que levam esta população a optar pela rua como moradia; visitou esta página em 22/01/22.